

GILLES DELEUZE

MICHEL FOUCAULT: O PODER

AULA 2

Aula 2: 14 de janeiro de 1986

Deleuze: George Comtesse deseja fazer uma intervenção. Suponho que ela diga respeito ao ponto em que estamos. Vamos ouvi-lo. Eu continuarei em seguida.

George Comtesse: [dificilmente audível] parece-me que um fragmento de um texto de Foucault, prefácio do livro sobre o panóptico de Bentham chamado *L'œil du pouvoir*,¹ reúne os três problemas colocados aqui, a saber, o problema da relação do poder com o princípio da visibilidade, o da relação do poder com a violência e a relação do poder com a questão da multiplicidade, a qual foi abordada a partir da distinção, da diferenciação entre três dualismos: dualismo estrito, dualismo provisório e dualismo preparatório das multiplicidades.

Com relação ao primeiro ponto – a relação do poder com a visibilidade –, Foucault fala da visibilidade no Antigo Regime, ou seja, aborda o que chamará mais tarde de poder da soberania, um poder de proibição, de repressão, diferenciando-o do poder de normalização. Mas, precisamente no Antigo Regime, o poder não importa em primeiro lugar. O poder, de certa forma, não está diretamente relacionado à visibilidade, por quê? Porque existe uma potência anterior a ele: a potência de Deus. Uma potência de luz que se transmitia ao poder de soberania e fundava então, o que Foucault chama nesse prefácio de princípio de visibilidade do poder de soberania. A luz assegurava a visibilidade do corpo do rei, do poder da soberania, e o castelo, o palácio e a igreja tornavam-se monumentos de visibilidade, manifestações de visibilidade. Noutras palavras, sem o poder deslumbrante da luz, da vida luminosa, não há visibilidade, não há reflexo nem manifestação de visibilidade. A potência da vida era a identidade da luz e da palavra como fundamentos do princípio da visibilidade. Essa afirmação “há luz” é do Antigo Regime, é a afirmação da vida de Deus que supunha, como qualquer afirmação de vida, uma diferença. Não há afirmação da vida sem diferença; há aqui uma diferença sagrada entre luz – a palavra clara – e noite, linguagem obscura.

Justamente, eis o cerne do prefácio de Foucault. A partir do século XVIII, o problema colocado não é mais, de modo algum, o centro de visibilidade – real, por exemplo – como a radiação de uma potência de luz e que se difunde por todo o espaço natural do reino, como um solo, um espaço dotado de certas fronteiras. Pretende-se que a potência luminosa se irradie por todas as partes, que a visibilidade se estenda por toda a sociedade, ao invés de se concentrar no centro, a visibilidade ampliada, geral, estendida.

Foucault acrescenta que, antes da Revolução Francesa, existia um ódio, uma desconfiança crítica do castelo, do convento, hospital, casa fortificada. Esse ódio era a mesma coisa que o medo.

¹ FOUCAULT, M. “L’œil du pouvoir” [1977]. In: *Dits et écrits* v. II, p. 190.

Medo de quê? Do que Foucault chama o espaço escuro, ou seja, o medo dos espaços noturnos ou do que chama ainda de fragmentos da noite. A escuridão provoca medo, diz Foucault; a obscuridade e o silêncio dos espaços constituem outros tantos obstáculos à radiação da luz, à plena visibilidade das pessoas, das coisas, das verdades. Teme-se espaços escuros, salas escuras, escuridão e silêncio.

A partir daqui há duas direções: a crítica não é simplesmente crítica; ela pode literalmente dissolver, remover, eliminar todos os espaços escuros, porque, neles, circula justamente o insuportável, ou seja, a linguagem da obscuridade, do silêncio e do mal; linguagem que se afasta da palavra luminosa e que continua a ser, apesar de tudo, o modelo.

Com relação a esses espaços, Foucault dá cinco ou seis exemplos: tiranos e padres urdem seus sombrios complôs, a arbitrariedade política; as superstições religiosas são reforçadas, as ilusões da ignorância são confirmadas e desenvolvidas; crescem as escolas do vício e do crime; corpos se degradam, epidemias se espalham. O século das Luzes quer então dissolver os espaços escuros que o assombram, ou seja, quer a todo custo não apenas eliminar os espaços escuros, mas sobretudo apagar zonas de sombra, de opacidade humana; quer tornar o homem tão transparente quanto a sociedade, restaurar o homem e a sociedade à sua visibilidade transparente, à sua transparência essencial. Portanto, quer um homem sem área obscura, uma sociedade sem espaço escuro. Os espaços escuros da sociedade atualizam as zonas de sombra e de opacidade do homem, intensificam a obscuridade silenciosa de uma potência noturna enquanto poder de fazer o mal.

Eis o segundo ponto: a relação entre o mal e a violência. Não é necessário que a diferença de identidade da palavra e da luz se anule para deixar voltar a potência do mal como potência de uma violência móvel. Não é preciso que a diferença de vida se anule para deixar voltar o silêncio do tempo e da eternidade. O poder se exerce para conjurar sua relação com a violência, para conjurar o momento da violência, a violência móvel. Poder não é a violência porque não cessa de a conjurar, contê-la, retê-la, impedi-la, inibi-la, freá-la, de romper a todo custo o movimento de sua força. Para impedir tal movimento – da violência imóvel e que se fala, que encontra sua linguagem justamente no espaço sombrio –, para impedir o movimento da força como força do tempo se prepara no espaço sombrio a voz do controle da ordem dada, inicialmente ineficaz. Antes de mais nada, antes da voz do controle, é necessário impor o olhar de vigilância, o qual absorverá a opacidade do homem, restituirá sua visibilidade ou sua transparência, ou seja, cortará a força do tempo de seu movimento, comandará a força inibindo seu movimento. Por isso, Bentham escreve que ser posto sob o olhar da vigilância é perder a potência de fazer o mal, é quase abandonar o pensamento de desejá-lo. Existe um elo essencial entre o olhar da vigilância e a inibição do movimento da força.

O poder do olhar impede o movimento da força, a controla ou a domina, a converte numa intenção da qual esperamos o esgotamento, vontade esgotada que poderá talvez chegar até a boa

vontade do ser racional. Por meio desse efeito de poder a visibilidade garante a si. Ou ainda, por meio da visibilidade o poder garante seu efeito. A obsessão de Bentham, como diz Foucault, é um olhar onivisor [*omniregardant*]; Bentham reflete sobre a visibilidade a partir dessa obsessão. Ele pensa a visibilidade organizada inteiramente em torno do olhar dominador dos vigilantes [*surveillants*].

Portanto, não é mais a voz da dominação e ainda não é a voz do controle, mas o olhar dominante da vigilância temporariamente desconectado da voz do controle. Do olhar dominante da vigilância que pode produzir uma visibilidade nova, uma visibilidade que conjura a violência, uma visibilidade de inibição do movimento da força, que se poderia chamar: visibilidade de imobilização. Essa obsessão pelo olhar precede e institui a invenção do dispositivo panóptico como tecnologia de poder.

A obsessão pelo olhar conjurador suscitará sua efetivação tecnológica no dispositivo e procedimento óptico. Por meio desse dispositivo, o olhar que precede o panóptico será, neste momento, inscrito no espaço social; sua instituição se tornará o que Foucault chama de efeito e apoio a um novo tipo de olhar. Portanto, o dispositivo panóptico é a resposta tecnológica ao problema do poder onivisor, ao problema do poder que vigia a imobilização do movimento da força. É um dispositivo, como diz Foucault, de sujeição [*assujettissement*] por meio da luz, um dispositivo de relação entre visibilidade e luz, que constitui então o foco de exercício de poder e é ao mesmo tempo o local de registro de um saber.

Terceiro ponto: relação entre poder e multiplicidade. Toda a estratégia do dispositivo panóptico torna-se nesse momento a estratégia do que Foucault chama de olhar centralizado, ou seja, o olhar do vigilante na torre central, que deseja a total visibilidade dos corpos, dos indivíduos, de suas atividades. É, precisamente, uma estratégia de imobilização da força. O poder da violência móvel é conjurado pelo dispositivo óptico de exercício do poder. Por esta razão, separar o movimento de sua força, imobilizar, é também isolar os indivíduos, separá-los uns dos outros, serializando-os. O dispositivo óptico de conjuração imobiliza e separa indivíduos. O princípio do olhar de vigilância, que garante uma vigilância – como Foucault diz, tanto global quanto individual –, é, agora, não mais o princípio da visibilidade como o princípio do poder da soberania clássica, mas como um novo poder e uma nova tecnologia de poder. Portanto, torna-se, segundo Foucault, o princípio desse novo poder, o princípio da visibilidade isolante.

Assim, saindo do assustador espaço escuro, entramos em um espaço fechado, isolado, separado, e nesse espaço – nessa cela onde trancamos um condenado, um louco, um doente, um trabalhador, um estudante – precisamente a luz retorna através da visibilidade isolante, serial, nova. Cada um, isolado dos outros, separado deles, sem contato com eles, torna-se visível novamente pelo olhar da vigilância.

Nesse momento, a presença do olhar centralizado do poder não consiste de modo algum em abertura para a multiplicidade; ao contrário, trata-se – eis um ponto essencial – de concentrar a multiplicidade no próprio exercício do poder. Por isso, como Foucault disse, no final do século XVIII foi preciso que os efeitos do poder circulassem até o nível das atividades diárias, até os corpos e os indivíduos. Tornou-se necessário que o poder, mesmo diante da multiplicidade de homens para governar [*régir*], fosse eficaz, como se se exercesse sobre um único homem.

Deleuze: perfeito, perfeito. De fato, você identificou uma diferença entre os regimes de visibilidade dos séculos XVII e XVIII. Essa história é complicada porque teremos que ver – não fizemos isso –, teríamos que ver no domínio da pintura, porque será preciso manter (em todo caso, já vimos) o princípio no nível dos enunciados. Quero dizer: é importante não reintroduzir um princípio de progresso, de aperfeiçoamento; uma era não aperfeiçoa outra, ou seja, não existe um regime de visibilidade melhor que outro, hein? Alguns de vocês podem ter entendido, por exemplo, que no século XVIII as sombras são banidas. Obviamente, não é isso o que significava uma repartição entre sombras e luzes. O status da sombra em cada formação histórica é obviamente diferente. São regimes qualitativos de visibilidade totalmente diferentes. Logo, no ponto onde estamos, parece-me muito importante a ideia de que o poder é precisamente o que faz ver e falar. Como se as relações de poder nos convocassem a ver e a falar. Mas as próprias relações de poder (veremos em que sentido) são mudas e cegas. Isso é muito curioso. Então, será que elas fazem ver e fazem falar apesar de, em certo sentido, serem mudas e cegas? Enfim... Essa intervenção veio a calhar.

Onde estávamos? No último encontro nos detivemos sobre esse novo elemento, não mais o elemento do saber, mas o elemento do poder. Eu quase terminei um tema, podemos chamá-lo de as questões de princípio [do poder]. Isolar questões de princípio já é arbitrário, mas o faço por clareza. Essas questões de princípio, essa discussão em torno dos princípios, entendam bem, trata-se menos de princípios explícitos que vocês encontrariam nesta ou naquela teoria do poder. São antes postulados implícitos que, segundo Foucault, percorrem todas as teorias do poder, tanto as teorias burguesas do poder quanto a teoria marxista. De modo que não se deve tomar esses princípios como teses, mas como postulados que Foucault sente a necessidade de questionar. São postulados implícitos subjacentes à maioria das teorias do poder.

Vimos cinco postulados na última vez. Havia o postulado da propriedade, segundo o qual o poder pertenceria, por exemplo, a uma classe ou ao equivalente de uma classe. É marxista? Não, não é marxista, já faz muito tempo que um marxista mostrou que essa concepção de poder como propriedade de uma classe aparece tipicamente nas concepções burguesas do poder,² especialmente

² Deleuze refere-se possivelmente à carta de Marx a Joseph Weydemeyer de 5 de março de 1852, na qual diz: “não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas

em Guizot, no século XIX. A classe burguesa como proprietária de um poder de direito. Portanto, não é especificamente marxista. Segundo postulado, o postulado da localização: poder localizado no aparato estatal. Terceiro postulado, o da subordinação: poder subordinado a um modo de produção como infraestrutura. Quarto postulado, o da essência ou atributo: o poder seria o atributo do dominante, em oposição ao dominado. Quinto, postulado da modalidade, o poder atuaria pela violência ou pela ideologia. Restava um último postulado muito importante, porque, sem dúvida, é um dos pontos mais originais de Foucault em termos dessa discussão de princípios.

Se vocês pensarem nos cinco postulados denunciados, em que consiste a denúncia? Consiste em afirmar que, para entender o que é poder, não se deve tomar como ponto de partida, não se deve considerar em primeiro lugar o que se poderia chamar de grandes entidades. Ou, se preferirem, vamos usar uma palavra mais técnica, entidades molares. Por que introduzo entidades molares aqui? Precisamente porque gostaria de comentar a “microfísica” do poder. Foucault nos propõe uma microfísica do poder ou, digamos, uma concepção molecular do poder.

Digo então, muito naturalmente, que há em tal concepção uma denúncia das grandes entidades molares, que a maioria das teorias dá como prontas em sua concepção de poder. Se mantivermos as entidades molares como ponto de partida, escusado será dizer que pensaremos no poder em termos de oposição. As grandes entidades são organizadas de acordo com oposições molares. Quais são essas oposições? Se vocês retomarem nossos postulados, estão por toda parte: infraestruturas-superestruturas, dominante-dominado, oposição de classes etc.

O que Foucault quer fazer? É evidente que a microfísica pretende ultrapassar as oposições molares na direção das complementaridades moleculares. Mas isso nos causará um problema. Vejam, essa é a parte mais difícil, o ponto que precisa receber atenção desde já. Trata-se de passar de uma dimensão macroscópica para uma dimensão, em geral, microscópica. Trata-se de mudar do macro ao micro: microfísica do poder.

Pois bem, qual é a diferença entre o macro e o micro? Obviamente, se fosse uma simples miniaturização não haveria interesse. Se fosse questão dizer: “temos que pensar de um modo pequeno o que costumávamos pensar grande”, não haveria interesse. Se consistisse em dizer que no interior do Estado existam mil pequenos Estados, também nenhum interesse. A transição de macro para micro não deve, portanto, ser miniaturização. Vejam a página 132 de *A vontade de saber*, onde Foucault

burgueses a anatomia econômica das mesmas. Noutro texto, Thierry e Guizot são citados por Marx e Engels como historiadores burgueses. Em Foucault, Thierry e Guizot seriam autores de um novo tipo de “saber histórico” posto “no ponto de articulação entre o poder e o saber da monarquia administrativa” em luta contra a nobreza. Cf. FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*, pp. 114 sq. *Cit.*, p. 114.

diz muito apressadamente: o micro não é uma diferença de tamanho.³ Portanto, trata-se de uma diferença de natureza.

Considerem a seguinte proposição macrofísica: o poder pertence aos dominantes e se exerce sobre os dominados. Tomem a proposição microfísica: poder é uma relação que passa pelo dominado não menos do que pelo dominante. Eu digo, para que vocês entendam bem o problema, que, nas duas proposições, dominante e dominado não podem ter o mesmo significado. Mesmo se emprego a mesma palavra, os termos mudaram quando passei de macro para micro, da macrofísica para microfísica, caso contrário, não faria sentido. Está ainda muito obscuro, talvez porque seja muito abstrato. Entretanto é uma tarefa para nós. Acima de tudo, não devemos cair na armadilha da mera miniaturização; não se trata apenas de enxamear, de multiplicar pequenos Estados. Deve haver uma real diferença de natureza entre os domínios micro e macrofísico. Vemos isso particularmente no nível do último postulado, o que omiti no último encontro, o postulado da legalidade.

Na maioria das teorias do poder, o poder é pensado em termos da lei, da lei como uma instância molar. Daí a oposição molar correspondente: lei-ilegalismo. Assim como há uma oposição molar dominante-dominado, há uma oposição molar, uma grande oposição, uma relação de exclusão entre lei e ilegalismo. O fato de pensarmos o poder a partir da lei é, sem dúvida, sinal de que a lei é uma excelente noção molar para pensar o poder.

Desde quando? Segundo Foucault, a lei seria justamente o ato fundamental da monarquia.⁴ Curiosamente, não é a república; a república apenas o confirmará. É a monarquia que introduz a forma da lei. Mas como? Em sua reação contra o feudalismo. O rei se elevará, e será diferente do suserano, na medida em reivindica o direito e a lei para si como forma do direito. De modo que a República, com a revolução de 1789, poderá recriminar o rei e a monarquia por não haverem levado a termo o programa da lei, mas manterá a ideia da lei e do Estado de direito. A ideia do Estado de direito é monárquica antes de ser republicana e, nesse sentido, a república sucede à monarquia. É

³ FOUCAULT, M. *A vontade de saber*, p. 95. Foucault não se refere aos níveis “macro” e “micro” nos mesmos termos de Deleuze (que usa, por exemplo “organização molar e multiplicidade molecular” em *O anti-Édipo*, II.5.9). Colocado diante desses dois termos deleuzianos numa entrevista, Foucault se esquivava deles sem, entretanto, recusá-los. Cf. FOUCAULT, M. “Entretien avec M. Foucault” [1977]. In: *Dits et écrits* v. II, pp. 151-153.

⁴ Cf. FOUCAULT, M. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*, p. 280 sq. Trata-se da aula de 14 de janeiro de 1976, do curso *Em defesa da sociedade*, onde Foucault afirma que, no que se refere às relações entre direito e poder, nas sociedades ocidentais desde a Idade Média, o edifício jurídico formou-se ao redor da personagem régia, a pedido e em proveito do rei. Quando esse edifício escapou do controle régio nos séculos seguintes, serão discutidos somente os limites a tal direito, não sua natureza.

Nesse curso Foucault apresenta uma genealogia do embate em torno da consolidação jurídica do poder estatal, na qual a nobreza mobiliza a seu favor discursos históricos e narrativas de origem para se contrapor ao “saber jurídico” do rei, tanto histórico quanto fabricado pela administração real. Trata-se portanto de uma “peça estratégica” de saber da nobreza contra o “mecanismo de saber-poder” real. Este trecho do curso ilustra muito bem a colocação de Deleuze do imbricar entre saber e estratégias de poder. Cf. *ibid.* aula de 11 de fevereiro de 1976. *Cit.*, p. 109.

Lembremos que apenas as duas primeiras aulas desse curso (7 e 14 de janeiro de 1976) eram conhecidas por Deleuze, pois haviam sido publicadas na coletânea italiana *Microfísica del potere* em 1977. O restante do curso permaneceu inédito até 2001.

próprio da monarquia europeia no século XVII, e depois da república, pensar no poder em termos de direito e fundar a noção de Estado de direito. Portanto, a lei como instância molar é definida no nível da microfísica; de uma microfísica como o que suprime ou proíbe o ilegalismo. Oposição lei-ilegalismo.

Para Foucault, o que significa fazer uma microfísica do poder? Como sempre, é descobrir algo sob a instância macroscópica e sob a oposição molar. Temos que descobrir algo. O que será? Uma relação diferencial ou, se vocês preferirem, uma complementaridade molecular.

Ora, não é preciso dizer que, quando passamos da oposição molar à complementaridade molecular, quando passo da macroentidade para a relação diferencial, não serão os mesmos termos, ainda que sejam as mesmas palavras. Essa é a condição sob a qual a microfísica é bem-sucedida ou não. Evitar a miniaturização. O que substituirá a grande oposição entre lei e ilegalismo? Foucault substituirá uma complementaridade tipicamente molecular... é como se ele pressentisse o perigo, isto é, ele usa a mesma palavra em dois significados às vezes no nível macro, às vezes no nível micro. Ele introduzirá explicitamente outro nome: não mais ilegalismo, mas ilegalidade. Ele dirá que é preciso substituir a grande oposição lei-ilegalismo por uma fina complementaridade, uma microcomplementaridade lei-ilegalidade.⁵

A ilegalidade, um conceito que me parece muito novo, é assunto de um capítulo de *Vigiar e Punir*⁶ muito interessante, no qual Foucault diz precisamente que, no nível microfísico, se vê bem que a lei não se opõe ao ilegalismo. Longe de se opor ao ilegalismo, ela é como a resultante das ilegalidades.⁷ Entendam, precisamente aqui, Foucault faz microfísica, porque se eu disser “a lei é o resultado do ilegalismo em uma formação social”, alguém imediatamente poderá me objetar: “mas isso não significa nada! A ilegalidade – mesmo se usarmos essa palavra estranha, ilegalidade em vez de ilegalismo – já pressupõe a lei. Como a lei seria o resultado de algo que a supõe?” Bem, não. É

⁵ Deleuze usa, respectivamente, os termos *ilegalité* e *illégalisme*. O primeiro referindo-se à perspectiva molar, o segundo à molecular. Traduzimos *ilegalité* por “ilegalismo” e *illégalisme* por ilegalidade para seguir a tradução brasileira do segundo termo em *Vigiar e punir*.

⁶ FOUCAULT, M. “Ilegalidade e delinquência”. In: *Vigiar e punir*. *Op. cit.*, p. 243.

⁷ “Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações, mas sobretudo a distingui-las, distribuí-las, utilizá-las; que visam não tanto a tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente as ilegalidades; ela as ‘diferencia’. [...] E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desse mecanismo de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades”. *Ibid.* p. 258, trad. mod. Como se vê, Foucault não afirma que a lei seja resultante das ilegalidades (como Deleuze parece sugerir), mas que são um uso novo e estratégico do mecanismo legal pré-existente. Note-se também, a diferenciação, o espalhamento das marcações no detalhe do cotidiano, nos fatos não exatamente legais, mas limítrofes, tais como as revoltas, resistências, recusas à obediência, associações e lutas populares indesejáveis. Por fim, note-se que Foucault não abandona as categorias “macrofísicas” do poder (classe, Estado, lei), ele aponta a insuficiência de tal abordagem para a compreensão das relações de poder no Ocidente.

verdade, o ilegalismo já supõe a lei no nível macrofísico. No nível microfísico, de maneira alguma. Por quê? O que Foucault quer dizer? Bem, ele quer dizer que a ilegalidade não é um acidente contra a lei. A ilegalidade não é de forma alguma um acidente. Se a lei fosse feita para proibir, seria ainda assim curioso como ela fracassa nesse ponto. Essa é uma observação muito simples: bem, sim, é verdade, se a lei fosse feita para proibir, sua história seria apenas a história de seu eterno fracasso, o que causaria perplexidade. Isso nos dá a ideia de que, talvez, afinal, a lei não seja exatamente feita para proibir. Entretanto, macrofísicamente, ela é sim feita para proibir; mas no micro, seria ela feita para proibir? Então vejam: se eu digo “no macro, é feita para proibir, mas, no micro, não é para proibir, mas para outra coisa”, então não é exatamente a mesma lei. Foi necessário mudar o termo ao mudar de domínio.

O que isso quer dizer? Retomando a analogia com a física, é óbvio que um corpúsculo, ou mesmo uma molécula, não é um corpo miniaturizado. É outro mundo, é outro elemento. Não são os mesmos elementos, os mesmos tipos de termos em microfísica e em macrofísica. Se você pensa no átomo como uma coisa pequena em miniatura, é a única maneira de não entendê-lo.

Então, de fato, a lei talvez não tenha sido feita especialmente para proibir. Para que ela teria sido feita? Não para impedir esse ou aquele comportamento. Se fosse questão de prevenir crimes, roubos, fraudes... Bem, acho que deveríamos encontrar outros meios. A lei nunca impediu nada. Suponhamos, se ela não foi feita para impedir, para que teria sido feita? Para diferenciar as maneiras de contorná-la. De certo modo, alguém poderia dizer que todos já sabem dessa colocação de Foucault. Sim, a lei é inseparável da maneira de eludi-la, ela mesma nos indica como. E as maneiras de eludir a lei não estão fora da lei, estão na lei. Vejam as leis sobre as sociedades comerciais. É formidável.

O que significa quando falamos *da lei*? De fato, a lei é uma ficção, mas uma boa ficção; talvez uma ficção que remeta precisamente ao regime monárquico e republicano. Que se refere primeiro ao regime monárquico e com mais razão ao regime republicano, o qual deduz a forma pura da lei. *O Contrato social* de Rousseau, dirá: a lei vai do todo a todos. Ora, todos sabem que não é assim, não há a lei, existem leis. E sempre há uma lei que me dá a possibilidade de eludir outra lei. A multiplicidade de leis é ao mesmo tempo a maneira pela qual, longe de impedir certo comportamento, diz em quais condições o comportamento é permitido. Se você é uma empresa: como não pagar suas dívidas, sendo que a lei diz: pague as dívidas. Sendo uma empresa, saber como não pagar dívidas é a infância da arte, um dos meios mais simples é pôr a empresa em liquidação judicial. Portanto, existe todo um sistema de leis. O que está incluído na pluralidade de leis? É claro, muito menos uma questão de proibir uma ação. “Não matarás”, sim, mas existe a legítima defesa, ela diz em quais condições eu posso matar legalmente.

Bem. Tudo isso são grandes evidências, todo mundo conhece. Mas ninguém as usou como Foucault. Quero dizer, as ideias filosóficas são sempre assim, se apoiam em grandes evidências para deprender algo improvável ou inesperado...

Portanto, trata-se de diferenciar as maneiras de eludir a lei e não se pode defini-la senão em nível microscópico, microfísico, micrológico. Ou seja, como uma gestão de ilegalidades, uma distribuição de ilegalidades no campo social e, como Foucault diz, existem ilegalidades que são toleradas. Toleradas como? Como compensação para as classes dominadas. Há ilegalidades que são permitidas como privilégio da classe dominante. Existe toda uma gama de ilegalidades. Cada um sabe o que é proibido e tolerado por lei. O que é tolerado? Simplesmente tolerado em tais e tais e tais condições e à sombra de outra lei. Tanto é assim que a lei poderá ser definida somente em função das ilegalidades que caracterizam um campo social. Ou seja, são as ilegalidades e a distribuição das ilegalidades que mudam radicalmente de um campo social para outro. A lei é apenas a própria distribuição.

Tomemos um exemplo: como explicar a oposição radical da região da Vendéia à Revolução Francesa? Não é simplesmente porque a Vendéia era muito mais reacionária, mais devota que outras regiões da França. Não é somente isso. A lei monárquica beneficiava os camponeses e, em particular, os do Oeste, com certo número de privilégios, de exceções à lei que a Revolução deixou de conceder. Em outras palavras, o ilegalismo tolerado pela monarquia deixa de ser tolerável pela república. Bom.

Foucault mostra muito bem como, do século XVII ao XVIII, a natureza do ilegalismo muda. Consequentemente, a lei muda conforme a distribuição das ilegalidades em ilegalidades proibidas, toleradas, admitidas etc. De fato, a ascensão de novas ilegalidades vem de quê? De mudanças na natureza dos crimes, ou seja, mais e mais crimes contra a propriedade, ascensão do proletariado urbano e politização, antes e durante a Revolução. Isso definirá todo tipo de novas ilegalidades e um novo tipo de lei.

Do ponto de vista macrofísico, volto-me em direção a essa entidade molar que resulta em sua expressão mais pura na formulação de Rousseau “a lei vai do todo a todos”. Essa é a lei pura, a forma pura da lei: tu deves. Ao contrário, do ponto de vista microfísico, uma microfísica da lei: um ponto de vista em que a lei não é mais separável, mas de quê? Não é mais separável de seus decretos de aplicação, não é mais separável de seus casos de interpretação. Seus casos de interpretação são... Não há lei que não suscite problemas de interpretação.

A interpretação da lei será chamada jurisprudência. De um ponto de vista macrofísico, talvez a lei possa ser pensada independentemente da jurisprudência. Escusado dizer, do ponto de vista microfísico, a lei é inseparável da jurisprudência. Dada uma lei, a quais casos se aplica? Por mais

forte que a lei diga o caso em que se aplica, você sempre encontrará casos para os quais a aplicação da lei é um problema.

Dentro dessas margens de aplicação se dá a complementaridade entre lei e ilegalidade. Assim, como uma lei não é nada sem jurisprudência, ou seja, a determinação dos casos de aplicação, ela não é nada sem os decretos de aplicação, ou seja, a determinação das condições sob as quais... Vejam, jurisprudência é a determinação dos casos em que a lei se aplica, os decretos são a determinação das condições sob as quais se aplica. Agora, se vocês consideram a lei inseparável dessas condições e desses casos, isto é, de sua administração e jurisprudência, verão que a grande oposição molar lei-ilegalismo substitui uma lei de complementaridade molecular lei-ilegalidades. Não estamos falando da mesma lei nos dois casos. Leiam o capítulo sobre as ilegalidades em *Vigiar e Punir*, onde encontrarão todos os tipos de análises concretas. Então é isso... Bem, terminamos essa primeira parte do poder; era apenas a discussão dos princípios [do poder]. Eu queria enfatizar a necessidade de uma diferença de natureza entre microfísica e macrofísica.

*

Se estiver tudo bem, podemos passar para a segunda parte. Como vamos definir... Se poder é relação – vimos isso, acabamos de ver –, se poder é fundamentalmente relação, que tipo de relação? Bem, a resposta de Foucault é muito simples. A relação de poder é a relação de forças. Escreveremos *relação de poder* no singular e *relação de forças* no plural. Poder é relação e relação de poder é relação de forças. Novamente, *poder é relação de forças* é uma proposição ininteligível ou banal demais sem especificar o poder em sua essência. Sua única essência é ser relação. Ou seja, o poder não é um atributo. É um atributo [em nível] molar, [mas] é uma relação molecular. Então, o que significa dizer “poder é relação de forças e toda relação de forças é poder”? Essa é a primeira questão. Bem, já sinto que quando digo “o poder é relação de forças”, há algo que não digo e excluo, a saber: poder não tem forma, e a relação de poder não é uma relação entre formas.

O poder não é uma forma. Existe de fato uma forma Estado. A forma-Estado. Mas, como vimos, a microfísica do poder penetra na grande instância: o Estado. Em outras palavras, o poder é informal. Não passa por uma forma e a relação de poder não é uma relação de formas. Isso nos interessa muito: relação de forças significa algo diferente de uma relação de formas. Isso deve nos interessar muito porque estamos procurando algo que difere do saber em natureza, e vocês se lembram de nossa análise anterior do saber: ele é uma relação de formas. Felizmente o poder não é uma relação de formas e não pode sê-lo, ele é uma relação de forças.

O que significa *relação de forças*? A relação de forças adquire significado somente se for inerente à força ou se estiver em relação. De fato, é inerente à essência da força estar em relação com outra força. Logo, a força não existe no singular. Não há força no singular. Toda força está em relação

com outra força. A força é basicamente o elemento de uma multiplicidade e não pode ser pensada fora do múltiplo. Não existe força una. Também nesse sentido, a força não tem outro objeto ou sujeito além da força. Isso não significa que a força seja seu próprio objeto e seu próprio sujeito, mas que a força tem por objeto outra força ou, o que é o mesmo, uma força tem como sujeito outra força.

Bem, tudo isso parece tão simples, mas é tão, tão delicado: que a força só possa ser pensada no elemento do múltiplo. Em outras palavras, a força já é uma multiplicidade. Força é relação de uma força com outra. O pensamento da força sempre foi a única maneira de recusar o uno. Pensamento da força é pensamento do múltiplo. Existe algo além da força que seja de uma natureza tal que esteja fundamentalmente relacionada a outra coisa? Sem dúvida não. Mas sempre se pode procurar. Qual foi a bela tentativa do antigo atomismo? A bela tentativa de Demócrito, de Epicuro, de Lucrecio foi forjar o conceito de átomo para explicar uma multiplicidade fundamental. Ou seja: a própria ideia de um único átomo é noção sem sentido, o átomo está fundamentalmente relacionado a outro átomo. O que não podia ser pensado, independentemente de sua relação com outro, era o átomo. Qual era a relação do átomo com o outro átomo? É sabido, é isso que os epicuristas e Lucrecio designavam como a declinação do átomo. O átomo não cai no vazio verticalmente, cai obliquamente. O oblíquo é precisamente o caminho no qual cada átomo encontra outros átomos, isto é, está relacionado com outros átomos. E quem não vê que era maneira de emprestar força à matéria e que o atomismo era a tentativa de localizar a força na matéria? De fato, se emprestava ao átomo o que pertence à força. O que se relaciona com o outro, em sua própria essência e seguindo sua essência, é a força.

Passo muito rapidamente pelo tema. Nietzsche o levou até o fim. A filosofia da força em Nietzsche é muito simples. Em certo sentido, ela consiste em dizer: o atomismo sempre foi a máscara de um dinamismo de outra natureza, e a força é precisamente a instância que se relaciona em sua essência com outra força. Noutras palavras, há uma pluralidade essencial da força que testemunha a noção nietzschiana de distância. Ou seja, a força é inseparável da distância a outra força. E o que Nietzsche chama de vontade?⁸ Tem-se que se acostumar com uma concepção tão estranha da vontade. Mas talvez vocês possam pressentir que é uma concepção rica e profunda. Bem, se força está essencialmente em relação com força, a vontade será o elemento diferencial das forças. A força está relacionada com força, essencialmente, ela não pode ser pensada fora duma diferença de forças. A distância é a diferença das forças. Essa distância, ou diferença de forças, é chamada de vontade. Aqui, Nietzsche é cuidadoso com sua terminologia, não confunde força e vontade, faz a diferença de duas forças. De que forma? A vontade poderia ser definida, em Nietzsche, como o elemento diferencial pelo qual uma força se relaciona com outra força, seja para obedecer, seja para comandar. Os

⁸ Cf. FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*, p. 86.

interessados nesse ponto podem ver *Além do bem e do mal*, §19.⁹ Nessa obra se encontra uma análise muito curiosa da vontade.

Abro um parêntese muito curto. Algo deve lhes parecer evidente: como e por que Nietzsche rompeu com Schopenhauer. Schopenhauer acreditava na unidade da vontade. Os argumentos e os comentários de Nietzsche são muito bonitos, muito fortes quando ele afirma: assim que acreditamos na unidade da vontade, estamos suprimindo a vontade. Por que suprimi-la? É a própria história de Schopenhauer. Ele se eleva até a unidade da vontade através de todas as suas manifestações. Unidade da vontade em quem comanda e quem obedece. Unidade da vontade no carrasco e na vítima. Mas se há unidade da vontade através do executor e da vítima, a vontade é necessariamente levada a negar a si mesmo e a se suprimir. De que forma? Sob a forma de piedade. A vontade do carrasco, quando apreende a unidade de sua vontade com a da vítima, é necessariamente levado a se suprimir na piedade. Esse será todo o movimento da filosofia da piedade em Schopenhauer e da supressão da vontade no ascetismo. Nietzsche diz: “você só poderia cair na piedade e no ascetismo, já que pôs a unidade da vontade. Só pode negar a vontade, pois colocou sua unidade através de todas as suas manifestações”. Ou seja, só se pode entender o que significa “vontade” atentando à multiplicidade irreduzível de forças, de modo que a vontade nunca pode ser senão o elemento diferencial das forças presentes. Logo, a vontade é relacionamento de uma força com outra força, seja para comandar, seja para obedecer. Pois se obedece com a própria vontade tanto quanto se comanda com a própria vontade. Por que digo tudo isso? Porque se vocês entenderem esse ponto, é muito simples, a concepção nietzschiana de força e de vontade lhes parecerá mais clara. E sem dúvida lhes impedirá de formular interpretações estúpidas, por exemplo, sobre Nietzsche e o fascismo.

Mas, além disso, vejam de que modo Foucault é nietzschiano. Se ele vai tão rapidamente em sua teoria do poder nesse ponto específico, é porque pode estimar que Nietzsche disse o essencial, a saber: em que sentido a força não é violência. O que é violência? Sem dúvida, a violência é relacionada à força. Pode-se até dizer: a violência é o efeito da força sobre algo ou alguém. De certa forma, equivale a dizer que há apenas violência molar. É o efeito da força em algo ou em alguém... Mas não buscamos o efeito da força em algo ou em alguém, buscamos a relação da força com a força. A violência não diz nada sobre a relação de força com força. Talvez possamos dizer: a força é inseparável da violência, isso significa que a força é inseparável do efeito que tem sobre algo ou alguém. Mas a relação de força com algo ou alguém, isto é, a relação de força com um corpo ou uma alma, não é a mesma coisa que a relação de força com força. O que define a microfísica é essa relação. O que define a macrofísica é o resultado, ou seja, a relação de forças com algo ou alguém. Em outras

⁹ Cf. DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Mariana T. Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1, 2018, cap. 1.3, intitulado “Filosofia da vontade”.

palavras, força não pode ser definida pela violência. É uma força sobre uma força ou, se vocês preferirem, uma ação sobre uma ação.¹⁰ A violência é uma ação sobre alguma coisa. *Sobre alguma coisa*, o que isso quer dizer? Dizem que a violência é um ato que consiste em deformar. Ora, como se pode conceber que a força sofra deformação, se ela não tem forma?

Foucault vai muito rápido nesses pontos, o único texto em que ele se explica é uma entrevista reproduzida no livro de Dreyfus e Rabinow sobre Foucault. Na verdade, o texto é do próprio Foucault. Aqui está, na página 313. Leio lentamente: “aquilo que define uma relação de poder” – ou seja, uma relação de forças, hein?, posso também dizer: o que define uma relação de forças – “é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre a ação deles. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes”.¹¹ Uma ação sobre a ação, que é uma relação de forças ou de poder. “Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói”.¹² Tudo isso supõe uma forma. “Ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, somente a passividade. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser exatamente uma relação de poder: que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. O exercício do poder [...] pode acumular os mortos e abrigar-se atrás de todas as ameaças imagináveis. Ele não é em si mesmo uma violência que poderia, às vezes, se esconder. [...] É um conjunto de ações sobre ações possíveis [...]; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável”.¹³

Estou interessado nesse último ponto, se me entendem, pois Foucault nos oferece uma primeira lista do que poderíamos chamar de categorias de poder. Eu retomo: incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável; eis uma lista que parece um pouco estranha. Como isso nos interessa? Tomemos o texto ao pé da letra, não temos escolha, é a enunciação das relações de forças, a relação da força com a força. Foucault nos diz: cuidado, a relação da força com a força não consiste em violência, consiste em incitar – uma força não pode causar violência a outra força; por outro lado, pode incitar outra força –, induzir outra força, desviar outra força, facilitar outra força, tornar mais ou menos prováveis outras forças ou o exercício de outras forças. Eis uma

¹⁰ Cf. *supra*, aula 1, nota 35.

¹¹ FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*, p. 287. Foucault escreveu esse texto em inglês na forma de perguntas e respostas, mas ele não é propriamente uma entrevista. Dreyfus e Rabinow o incorporaram como apêndice na 1ª ed. de seu livro *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. A 2ª edição desta obra em 1983 traz um novo apêndice: “Michel Foucault entrevistado por H. L. Dreyfus e P. Rabinow”. Cf. *ibid.*, p. 297.

¹² *Loc. cit.*

¹³ “[...] no *limite*, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos *ativos*, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir”. *Ibid.*, pp. 287-288. Trad. mod., grifo nosso.

lista de categorias de poder. Portanto, a relação de forças é uma ação sobre uma ação,¹⁴ ou seja, é um tipo de ação muito particular. Não é qualquer ação que pode se exercer sobre uma ação. Chamemos “ação de poder” as ações que não se exercem sem se aplicarem sobre ações potenciais ou reais. Vocês entendem? Temos então todo um grupo: relações de força – multiplicidade essencial da relação de forças –, comandar e obedecer como caráter da vontade, elemento diferencial das forças em relação, exclusão da violência e, portanto, a lista de categorias de poder, todos os casos de relações de forças. Esta é primeira lista que Foucault nos propõe.

Sim, a relação da força com a força se apresenta na forma... humm, não “na forma de”, ela se apresenta sob as espécies induzir, desviar, facilitar ou dificultar, tornar mais ou menos provável. Por enquanto, suponho que entendemos parcialmente, não entendemos muito bem, mas... aqui, sintam que estamos descobrindo que as categorias de poder são de natureza diferente do saber. Induzir, incitar, desviar não são categorias do saber.

Em que Foucault é nietzschiano? Respondemos parcialmente: sua concepção da força é rigorosamente nietzschiana. Mais ainda, se houvesse em Foucault uma teoria da vontade, nesse nível ela seria absolutamente nietzschiana, isto é, consistiria em dizer: vontade é relacionar uma força a outra força, para comandar ou obedecer. Relacionar uma força a outra força, seja para comandar, seja para obedecer, é o que Foucault designará, por sua conta, ali, com um termo que não é nietzschiano: uma situação estratégica complexa. É uma expressão bonita, “situação estratégica complexa”, pois para Foucault não há vontade senão numa situação estratégica complexa. “Complexo” não significa “complicado”, significa “múltiplo”. Foucault adora situações estratégicas complexas. Toda situação estratégica é complexa. Só posso querer em uma situação estratégica complexa. O que é uma situação estratégica? Avançamos, damos passos gigantes! O que é uma situação estratégica? Uma situação estratégica é uma multiplicidade de forças. Qualquer multiplicidade de forças em relação, de acordo com a distância ou a vontade, a vontade que as distribui como obediência e comando – tudo isso é definido dentro de uma complexa situação estratégica.

Bem, isso nos abre um novo horizonte, foi preciso chegar até aqui. A estratégia do poder, o poder é uma questão de estratégia; o poder é fundamentalmente estratégia. Chamamos estratégia, de fato, o campo de uma multiplicidade de forças em relação, sendo sempre comandar ou obedecer. Situação complexa. Irredutível à unidade. O erro de Schopenhauer foi reduzir [a relação] ao um e, portanto, ele não podia senão fazer desaparecer a vontade na piedade.

¹⁴ Lembremos essa colocação fundamental de Foucault: “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo *inerte* ou consentido do poder, são sempre *centros de transmissão*”. FOUCAULT, M. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*, p. 284. Trata-se da aula de 14 de janeiro de 1976, do curso *Em defesa da sociedade*. Nossos grifos sublinham o fato de que, para Foucault, não é possível pensar em repressão, absolutamente, uma vez que os *corpos* a que se refere não são matéria inerte, mas indivíduos, sempre e também *focos de poder*, ao menos potencialmente.

Então... estratégia de poder... deixemo-nos levar pelas palavras, veremos o que podemos extrair da oposição [da estratégia] com os estratos do saber. O saber é fundamentalmente estratificado, ou seja, formado. O poder é estratégico. Ah é? É estratégico, o poder? Então aqui tenho que opor o estratificado e o estratégico. O estratégico é o manejo [*maniement*] do estratificado. O saber é estratificado, o poder é estratégico. Com efeito, não se pode conceber o microfísico estratificado, pois os estratos são como aluviões, são resultantes de conjuntos, existem apenas estratos molares, não há estrato molecular. O molecular é estratégico. Entre partículas existe uma estratégia, de uma partícula a outra, de um elétron a outro há estratégia, não há formação estratificada... O poder é o não estratificado. Teremos que repetir isso com frequência antes de entender, para compreender o que Foucault quer dizer. Ele diz: o poder é o não estratificado, porque obviamente é o estratégico. Ou seja, é o manejo de multiplicidades de forças, ao passo que os estratos são empilhamento de formas. O poder não tem forma.

Interessa-me muito essa primeira lista de categorias de poder. É como se Foucault nos dissesse: eis uma lista qualquer de categorias de poder. Ela importa na medida que nos impedirá de crer que a força pode ser definida como violência. A força não se define nunca pela violência, mas por sua relação diferencial com outras forças. E, novamente, nunca uma força comete violência a outra força. Essas são coisas muito, muito simples, isso é nietzschiano muito puro, parece-me que esse é o enraizamento de Foucault em Nietzsche; nesse ponto ele é nietzschiano.

Apesar de tudo, ainda pedimos algo mais convincente do que essa primeira lista. É óbvio que Foucault a lança assim: incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, tornar mais ou menos provável. Haveria no trabalho de Foucault uma segunda lista, outra lista de categorias de poder mais justificada, melhor explicada? Sim, em *Vigiar e punir* (vocês devem seguir com muita atenção), no capítulo I da Parte Três, páginas 137 a 172.¹⁵ Eu falei sobre isso e, portanto, posso retomar com rapidez suficiente. Desta vez, estamos diante de uma lista que define as categorias de relações de forças, relações da força com a força. Retomo aqui: “A arte das distribuições” [*repartir dans l’espace*], é o primeiro grande título da categoria da força, à qual corresponde: “enclausurar, quadricular, localizar, serializar”. São relações da força com a força. Observem que a relação da força com a força faz intervir somente um terceiro: o tempo-espaço. Por quê? Porque a relação da força com a força se produz segundo distâncias. Logo, a multiplicidade da força, a multiplicidade inseparável da força constitui um espaço-tempo. O poder é a força relacionada com o espaço-tempo, não é relacionada com um objeto ou com um ser. Então temos um primeiro grande tipo de categorias: repartir no espaço, com as subcategorias correspondentes.

¹⁵ Cf. FOUCAULT, M. “Os corpos dóceis”. In: *Vigiar e punir*, p. 131.

Segundo grande título: ordenar no tempo. Desta vez, as subcategorias serão: subdividir o tempo (é necessária uma força para subdividir o tempo), programar o ato, decompor o gesto. Observem: é sempre uma força que se exerce sobre outras forças. Particularmente, onde isso é feito? Ainda não sabemos, vocês podem sentir que essa ordenação no tempo, essa ordem das forças no tempo, é feita antes de tudo na oficina, na fábrica. Esse é o começo da divisão do trabalho.

Terceiro grande título importante na categoria de poder: compor no espaço-tempo. Qual é a definição estrita da composição? Vocês se lembram que, na física elementar, fala-se da composição das forças. Bem, o que isso quer dizer? O que é compor forças? Compor forças no espaço-tempo é constituir uma força produtiva, cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares que a compõem. Ora, liberando essas categorias de poder, Foucault se perguntará: o que acontece na escola, na prisão, na oficina, no hospital? Ou seja, quais são as categorias de poder mobilizadas por esta ou aquela instância, por este ou aquele corpo macrofísico? Mas, se considero as categorias microfísicas de poder em si mesmas, em seu estado puro, direi apenas e só terei o direito de considerar forças (no plural) e espaço-tempo. Não terei o direito de supor nenhuma forma – veremos isso mais tarde –, nenhuma finalidade, nenhuma qualidade.

Devo definir tudo em termos de forças, sem sujeito nem objeto, porque o único sujeito da força é a força, e o único objeto da força é a força. Portanto, posso definir apenas as categorias de poder em termos de força e de espaço-tempo. Se disser mais uma palavra, já estarei fora das categorias de poder. Então posso dizer: enclausurar, quadricular, localizar, serializar, porque isso são relações da força com a força. Mas não posso dizer mais nada. Não posso acrescentar ainda “a escola”, porque a escola é uma forma. A forma “escola”, a forma “Estado” etc., e não conheço nada sobre isso para o momento. Conheço apenas os elementos de uma microfísica, as forças em relação e o espaço-tempo. Uma vez dito que o espaço-tempo é a relação de forças, o espaço-tempo é a vontade.

Assim, compreendam que se eu fizer um retorno à nossa história dos postulados mais tarde, vocês entenderão por que, em primeiro lugar, o poder não é essencialmente repressivo, isto é, não age por meio da violência. Ele não é objeto de uma propriedade porque não tem forma; ele não é possuído, ser possuído requer uma forma. Sempre se é possuído sob uma forma. Ele se exerce sem ser possuído e, finalmente, é essencialmente relação e não atributo, uma vez que passa pelos dominados não menos do que pelos dominantes, porque a relação de forças coloca precisamente em relação uma força que obedece e uma força que comanda, ou várias forças etc.

Ora, se entendem isso – porque é cansativo –, passo para um segundo ponto que vai por si próprio, mas com surpresa! Que surpresa deveria ser para vocês este segundo ponto! Se a força está em uma relação fundamental com outra força... podemos começar de novo, aqui, é preciso não se cansar. Se a força está em relação fundamental com outra força e só existe por isso, é necessário dizer

que toda força tem dois poderes e se define por eles. A força está em relação com outra força e não existe independentemente dessa relação. Por conseguinte, toda força tem dois poderes: poder de afetar outras forças, poder para ser afetado por outras forças. Vejam, aqui é como uma espécie de pura dedução, também não há mais escolha. Se a força é inseparável de sua relação com outra força, ela se apresenta sob o duplo (*duplicidade*) não forma... poder de afetar outra força, poder de ser afetado por outra força. Uma força não é nada mais do que isso, seu poder de afetar outras forças e seu poder de ser afetado por outras forças. Mas, meu Deus, meu Deus, digo para mim mesmo! Como chamar isso senão: receptividade da força e espontaneidade da força. A força como poder de ser afetado por outras forças é a receptividade da força. A força como poder de afetar outras forças é a espontaneidade da força.

Pronto, vimos que espontaneidade e receptividade se aplicavam muito bem às duas formas de saber. A luz seria como uma forma de receptividade, a linguagem seria como uma forma de espontaneidade, segundo Foucault.¹⁶ Agora, vemos que espontaneidade e receptividade também se aplicam às relações de forças, ao poder. Espontaneidade da força: poder de afetar os outros; receptividade da força: poder de ser afetado por outros. Simplesmente sabemos, e estamos certos antecipadamente, que as palavras receptividade e afetividade, receptividade e espontaneidade não têm o mesmo sentido nos dois casos, porque, em um caso, trata-se de formas e, no outro, não se trata são formas. Não se trata de formas, então trata-se do quê? É o momento de dizê-lo.

Se a relação de força com outras forças define um poder de afetar e um poder de ser afetado, diremos que ela, de toda maneira, determina afetos. A relação de forças não passa por formas, passa por afetos. Por enquanto, é preciso dizer que há dois tipos de afetos. Se voltarmos à terminologia de Nietzsche, falaremos de afeto ativo quando estiver relacionado à força que afeta outra força. Falaremos de afeto reativo quando estiver relacionado, o afeto, à força que é afetada.¹⁷

As relações de forças são relações diferenciais que determinam as singularidades. Bem, tudo isso é muito claro. Por conseguinte, ao contrário do saber, que estabelece relações entre duas formas, a força nunca pode estabelecer senão relações entre dois pontos, e a microfísica não conhece as formas, mas simplesmente as relações diferenciais entre singularidades, entre pontos singulares. Aqui

¹⁶ Cf. DELEUZE, G. *Michel Foucault: as formações históricas*, aula de 19 de novembro de 1985.

¹⁷ Deleuze retoma aqui o seu *Nietzsche e a filosofia*, cap. 2.11: “[...] a vontade de poder manifesta-se como um poder de ser afetado. Esse poder não é uma possibilidade abstrata, é preenchido e efetuado a cada instante pelas outras forças com as quais está em relação. Não nos espantaremos com o duplo aspecto da vontade de poder: ela determina a relação das forças entre si, do ponto de vista da gênese e da produção das forças, mas é determinada pelas forças em relação, do ponto de vista de sua própria manifestação. Por isso a vontade de poder é sempre determinada ao mesmo tempo que determina, qualificada ao mesmo tempo que qualifica. Em primeiro lugar, portanto, a vontade de poder manifesta-se como o poder de ser afetado, como o poder determinado da força de ser ela própria afetada. É difícil, aqui, negar em Nietzsche uma inspiração espinozista. Espinoza, numa teoria extremamente profunda, queria que a toda quantidade de força correspondesse um poder de ser afetado”.

é um foco, um nó, um ponto de viragem etc. Tudo isso é a linguagem das forças. Isso deve esclarecê-los um pouco. Induzir, suscitar, dificultar, facilitar etc.

Bom, nos resta a parte mais difícil. Poder de ser afetado, poder de afetar. Eu dizia: o poder de ser afetado é necessariamente uma receptividade da força. O poder de afetar é necessariamente uma espontaneidade de força. Agora, chego à terceira observação: equivale a dizer que a força tem uma matéria que lhe é própria, que já é força; uma pura matéria.

O que é isso? É o poder de ser afetado. A matéria da força é seu poder de ser afetado. Ela tem uma função. A função da força é seu poder de afetar outras forças. Bem, aqui temos que ter muito cuidado, é necessário que vocês façam um esforço, pela última vez hoje, mas um esforço fundamental, porque, vejam bem, aqui estamos tocando o essencial. Porque no saber... Vocês me sinalizem se tiverem compreendido o suficiente..., descansem senão... vocês estão cansados? Preciso de toda a sua atenção.

Então, aqui devemos ter muito cuidado. Por quê? Por que devem estar atentos e eu necessitar de vossa inteligência? Porque voltamos ao saber tal qual ele é distribuído em estratos. Bem, como o saber é distribuído em estratos, ele me apresenta matérias e funções, eu diria mesmo, apresenta-me matérias visíveis e funções enunciáveis. Então é preciso ser muito, muito cuidadoso, pesar cada palavra. Apenas, nos estratos, são matérias formadas e são funções formalizadas. Os estratos – antes mesmo de compreendermos o que isso significa – são constituídos de matéria formada e de funções formalizadas.

O que é uma matéria formada? É o que se chama uma substância. Por exemplo, diria que o estudante é uma substância, é uma matéria formada. O prisioneiro é uma substância, isto é, uma matéria formada. Uma matéria formada por qual forma? Bem, é uma matéria formada pela forma “prisão”. O trabalhador é uma substância formada pela forma “oficina” ou “fábrica”.

Sobre os estratos, vocês têm apenas matérias formadas, nunca têm uma matéria que poderia chamar de, seguindo a tradição escolástica ou mesmo aristotélica, uma matéria nua, uma matéria completamente nua. De fato, tudo é estratificado, não temos matéria nua, apenas matérias, como se dizia, revestidas. É uma bela terminologia que distingue a matéria nua e a matéria revestida na Idade Média, não é?

Para retomar esses termos que são convenientes, eu diria: há apenas matérias formadas no nível do saber. Há saber da matéria nua e, sobre os estratos, há muitas funções, mas funções formalizadas. O que são funções formalizadas? São ações apreendidas em relação ao seu fim. Formar, formalizar uma função é finalizá-la. Uma função formalizada é uma ação reportada aos seus fins, seus meios, aos obstáculos que ela encontra etc.

Bem, digo uma coisa muito simples: acerca dos estratos, temos apenas... todas as funções enunciáveis são formalizadas e finalizadas, todas as matérias visíveis são já formadas ou, se preferir, organizadas. Se entenderem isso, entenderão tudo. Eis uma lista de categorias: educar, punir, trabalhar, cuidar. Minha pergunta: são categorias de poder? Resposta: não. Quero dizer, suponho que não. Por quê? Porque educar, punir, cuidar implicam matérias formadas e funções formalizadas. Educam-se crianças para a escola. A criança na escola é uma matéria formada. Não é a mesma coisa a criança na família. Na família, a criança é outra matéria formada. Não é a mesma coisa. Quando criança, volto da escola, entro na minha família e, literalmente, mudo de forma; e, enquanto era sábio e disciplinado na escola, na família me via cheio de energia e gritando. Ou o contrário, sou uma matéria que passa de uma forma à outra. Assim que acabei a escola, realizei meu serviço militar. É outra matéria formada, mudo de forma novamente. Tomo a forma: soldado, em um local específico que é o quartel. Ok, tudo isso está bem? Vocês vão notar que, posso dizer, educar, cuidar, trabalhar, punir implicam dois saberes e são inseparáveis do saber.¹⁸

Eu definiria o saber por meio da, e como a arte de tratar; é uma definição que não poderia dá-la quando me ocupava do saber, porque vocês sentem que essa definição aparece em contraste com o que é o poder; eu diria: o saber é a arte de manejar matérias formadas ou mesmo a arte de formar matérias e formalizar funções. A instância que formaliza funções é o enunciado. A instância que forma as matérias é a visibilidade.

Ora, no nível do poder é completamente outra coisa. Tomem a lista: por que Foucault não nos disse, quando falou das “categorias de poder”, disse “bem, é induzir, suscitar etc”. Ele não diz “educar, cuidar”, o que se poderia esperar? Ele não o diz por uma razão muito simples: o que é o poder? O poder é a relação entre matérias não formadas, matérias nuas e funções não formalizadas. Então, o que isso significa? Concretamente, quer dizer que se vocês querem definir uma categoria de poder, pouco importam os objetos ou os seres aos quais ela se aplica. O objeto ou o ser é uma matéria formada. Pouco importam à categoria de poder os objetos e os seres aos quais ela se aplica, pois a categoria de poder em si mesma é a relação da força com outras forças e não com objetos e seres.

Se quiser definir uma categoria de poder, convém, portanto, que eu não considere se se trata de estudantes, de soldados, de prisioneiros ou de trabalhadores. Isto é, não devo levar em conta formas sociais ou qualificações sociais. A categoria de poder é transqualitativa. Ela atravessa qualidades, retém apenas matéria não formada, não qualificada. Matéria não qualificada que pode ser tanto uma criança quanto um soldado, um prisioneiro, um doente.

¹⁸ Cf. o diálogo entre Deleuze, Foucault e Guattari em “Arrachés par d’énergiques interventions à notre euphorique séjour dans l’histoire, nous mettons laborieusement en chantier des ‘catégories logiques’”. In: *Dits et écrits* v. I, p. 1320, onde Foucault diz: “a educação produz produtores, ela produz requisitantes e ao mesmo tempo ela normaliza, classifica, reparte, impõe regras e indica o limite do patológico” (p. 1323).

Vocês percebem? A categoria de poder concerne a uma função, sim, mas uma função não formalizada, então isso não pode ser educar, cuidar etc. São funções formalizadas que, como tais, remetem aos saberes. De modo que: qual será a fórmula... Não me apresso, não sei se há outras categorias de poder, mas qual será um exemplo privilegiado de categoria de poder?

Eu a anunciaria assim: impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade qualquer. Posso apenas dizer: a uma multiplicidade humana qualquer. Trata-se de um campo social. Impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana – vejam que não digo nada, nem sobre a qualidade da matéria, são crianças ou soldados? Não sei, nada tenho a saber. Não digo nada sobre os objetivos e os meios de ação que seriam para educar ou para outros fins. Considero a ação como não finalizada; em outras palavras, a microfísica é uma física da ação abstrata. Impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer: eis uma pura categoria de poder.

Vocês me dirão: mas é inseparável das categorias de saber. Obviamente, sempre soubemos, mas não é isso que nos interessa. Sabemos bem que o poder e o saber formam um conjunto concreto. O que nos interessa agora é definitivamente outra coisa: é a possibilidade de definir em abstrato – é do latim, *in abstracto* – a categoria de poder como tal.

Então, isso será muito importante para nós: impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer. Mais uma vez, coloquei entre parênteses os fins, os meios e as substâncias (substância aluno, soldado etc.). Retive uma matéria nua, não qualificada, multiplicidade humana qualquer e uma função não formalizada e não finalizada: impor uma tarefa qualquer. Essa é a relação de força com a força no estado puro. Impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade qualquer. A matéria da força é matéria nua, multiplicidade humana qualquer. A função da força é uma função não formalizada: impor qualquer tarefa. Eu diria: o poder é a física da ação qualquer.

Desse modo, vocês devem entender um texto muito estranho ao qual atribuo grande importância, *Vigiar e punir*. Na página 207, Foucault nos diz sobre o panóptico, esse sistema bastante curioso de vigilância. “O panóptico não deve ser entendido como um edifício onírico”, um edifício de sonhos; “ele é o diagrama de um mecanismo de poder reduzido à sua forma ideal”. Vocês concordam em excluir a palavra “forma”? Foucault, não tendo motivos para aplicar a distinção que acabei de sublinhar, emprega “forma” no sentido de outra coisa, outro aspecto... “é o diagrama de um mecanismo de poder reduzido à sua forma ideal. Seu funcionamento, abstraído de todo obstáculo, de toda resistência ou atrito, pode muito bem ser apresentado como um puro sistema arquitetural e óptico”.¹⁹

Atenção, o panóptico pode ser representado como um sistema arquitetural e óptico. Eu destaco dois pontos: “ele é, de fato, uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de todo

¹⁹ Cf. FOUCAULT, M. “O panoptismo”. In: *Vigiar e punir*, pp. 228-9.

uso específico”. Se há um texto que me dá razão, é esse. É uma figura... vejam o que ele quer dizer ou o que ele diz exatamente. O que isso significa? Lembram-se do que é o panóptico? Lembrá-los-ei brevemente: é uma organização aparentemente arquitetural que consiste em organizar o espaço, de tal maneira que, do ponto de vista de um centro, possa tudo ver sem ser visto. Essa arquitetura será realizada particularmente em prisões, onde, em função de uma torre central, pode se ver tudo, desde células periféricas, células circulares, enquanto os prisioneiros colocados nessas células não veem. Então, tudo ver sem ser visto, em relação aos seres que são vistos sem ver. Esse é o panóptico que, etimologicamente, significa: o sistema de ver tudo.

Bem, digo que o panóptico têm três definições sucessivas, cada vez mais profundas. Ligado à prisão, pode-se defini-lo como um espaço de isolamento onde se vê os presos. Nessa definição, o panóptico está vinculado a uma matéria formada – os prisioneiros – e a uma função formalizada, punir. Segunda definição: digo que o panóptico é o sistema em que se vê tudo sem ser visto. Não me refiro mais à prisão e, na verdade, seria essa a ideia de Bentham, podendo ser adequada para tudo, para todas as matérias visíveis. Essa ideia convém para todas as matérias visíveis, matérias formadas, seja a escola, a fábrica, o quartel, a prisão, e serve em graus variados para tudo isso. O panóptico se torna um modelo. Para retomar a expressão de Foucault – arquitetura –, defino-o como “sistema arquitetural e óptico” que pode se realizar na escola ou outro. É um grau na abstração. Isso ainda não é suficiente. Terceira definição. Foucault acaba de nos dizer: atenção, não é apenas um sistema arquitetural e óptico, é um puro funcionamento de poder. Sob essa forma, o que será? O panóptico é a organização do espaço-tempo, ou a circunscrição de um espaço-tempo, no qual impomos uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer. Observem que, aqui, não há mais nenhuma referência à visão, nem à visibilidade; pouco importa, dei um passo a mais na abstração. Função não formalizada para uma matéria não formada.

É a isso que se reserva o nome de “diagrama”. O diagrama, de acordo com esse texto de Foucault, que, infelizmente, emprega a palavra apenas uma vez – posso extrair dele pelo menos o que Foucault chama “diagrama” –, é a relação de uma matéria não formada e de uma função não formalizada; ou seja, é a exposição de uma ação qualquer, de uma ação abstrata. Impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade qualquer. Se atribuo importância à palavra diagrama, embora reconheça que ela aparece apenas uma vez em Foucault, posso então dar três definições do diagrama, segundo ele, no ponto em que estamos. Três definições que eu poderia concluir: o diagrama é o poder. Ah, o diagrama é o poder, mas isso nos fará... permitirá reclassificações.

Essas três definições são as seguintes. Eu diria: chama-se diagrama a exposição de uma relação de forças ou de um conjunto de relações de forças, essa é a primeira definição de diagrama, considerando tudo que vimos anteriormente, não pretendo repetir. Segunda definição de diagrama:

chama-se diagrama toda repartição de poder de afetar e poder de ser afetado, ou seja, toda emissão de singularidades, e nesse sentido o diagrama vai de um ponto a outro, de um ponto qualquer a um ponto qualquer. Esses pontos sendo determináveis como singularidades. Terceira definição: chama-se diagrama a mistura, essa é uma palavra oceânica, perfeito. Chama-se diagrama, sim, a figura que movimenta, a mistura de matéria não formada e de funções não formalizadas. Exercício prático: como as três definições se complementam perfeitamente, isto é, como cada uma pode ser deduzida da anterior.

Novamente, se vocês não entenderam esse ponto, começarei tudo de novo porque esse é o essencial. Traço as consequências antes de pergunta-lhes, com paixão, com súplica, se vocês têm certeza de que entenderam corretamente, porque talvez sejam as consequências, as pequenas consequências terminológicas que vão favorecer sua compreensão.

Posso dizer que o diagrama se distingue de quê? Bem, o diagrama se distingue do arquivo. Como isso se dá? Todo arquivo é um arquivo do saber. Todo diagrama é diagrama de poder. Bom, quais são as diferenças fundamentais entre o diagrama e o arquivo? Bem, posso dizer que, em todo caso, diagrama – arquivo, eu poderia exprimir essa distinção, essa diferença fundamental sob outros termos.

Eu poderia dizer: estratégias-estratos. Todo diagrama é estratégico. Todo arquivo é estratificado. Diria mais: é a distinção micro-macro, todo diagrama é microfísico ou diferencial, o que equivale à mesma coisa, do nosso ponto de vista. Todo arquivo é macroscópico. Volto sempre a dizer: todo diagrama é poder, todo arquivo é saber. Estratégias-estratos. Em outros termos, o poder, mais uma vez, não passa por formas, ele diz respeito a matérias não formadas, funções não formalizadas. Um dentre vocês, na semana passada, disse-me: mas por que não chamar isso de “microestrutura”? Sim. Poder-se-ia chamá-lo de microestrutura, mas correndo um perigo. Se o chamarmos de microestrutura, cabe a nós mostrar que, no nível da microfísica, há uma diferença de natureza entre as microestruturas e as macroestruturas. Mas podemos chamá-lo de microestrutura se colocarmos uma diferença de natureza entre o micro e o macro. Portanto, é, talvez, mais cômodo renunciar à palavra estrutura e dizer que, de fato, na microfísica não há estruturas. Longe vão os dias em que se representava um átomo como uma estrutura, com núcleo e elétrons. Não, não é mais isso.

Considera-se hoje um átomo como um campo de forças, ou seja, como uma atividade de estruturação que atravessa todas as estruturas estáveis que lhe correspondem, com uma pluralidade de estruturas eventualmente possíveis. Por exemplo, se se fala da tetravalência do carbono, há muito tempo Bachelard mostrou que o dinamismo na química moderna teria substituído o estruturalismo das valências, a dinâmica das ligações. Bom, a dinâmica das ligações e não a estrutura das valências, e isso quer dizer algo muito preciso, que o átomo é inseparável de uma atividade estruturante; em

outras palavras, só se pode pensá-lo em um campo de forças. Por isso a palavra estruturas não se impõe. Bem, isso é necessário que vocês compreendam.

Disso decorre o texto que comecei no início do ano, mas agora, como o reencontraremos várias vezes... esse texto que, possivelmente, exprime melhor a paixão de Foucault, mas que talvez não seja o único grande texto literário. Provavelmente, agora, somos capazes de voltar a ele e compreendê-lo melhor. É um texto retirado de um grande romance de Herman Melville, *Pierre ou les ambiguïtés*. Eu li e reli lentamente esse texto.²⁰

Bem, voltaremos a isso periodicamente. Foucault tem paixão suficiente em todos os seus textos, mas suas paixões fazem estranhamente eco com três grandes textos literários. Em *Pierre ou les ambiguïtés*, um dos mais belos romances do mundo, Melville escreve: “ele não havia ainda lançado sua linha no poço de sua infância para saber qual peixe estava lá escondido. Quem de fato pensaria em procurar peixes em um poço? Certamente é no rio do mundo exterior que nadam a tenca e o robalo. Havia ainda milhões e milhões de coisas que não tinham sido reveladas a Pierre. A velha múmia está enterrada sob várias ataduras.” “É necessário tempo para desatar o rei egípcio. Porque Pierre começava a desvendar a primeira camada superficial do mundo, ele imaginava em sua loucura que tivesse atingido a matéria não formada”. Porque Pierre começava a penetrar o primeiro estrato do mundo, ele imaginava em sua loucura que tivesse alcançado a matéria não estratificada. “Mas, por mais longe que os geólogos descessem às profundezas da terra, encontrariam apenas estrato sobre estrato, pois, até seu eixo, o mundo é apenas superfícies sobrepostas e estratos sobrepostos. À custa de um imenso esforço, abrimos uma via subterrânea na pirâmide. À custa de horríveis tentativas, chegamos à câmara central. Para nossa grande alegria, descobrimos o sarcófago; levantamos a tampa e... não há ninguém. A alma do homem é um vazio enorme e aterrorizante.” Aqui, compreendam: se a literatura tem um sentido e justifica a vida, é em função de textos assim. Não há muitos como esse. Bem, em que esse texto concerne a Foucault? Começamos de novo. Diz respeito a Foucault pessoalmente. Pouco importa se Foucault o conhecia – seguramente sim –, Foucault certamente gostava de Melville, mas... Em que nós, leitores desse texto independentemente de Foucault, podemos dizer que ele diz respeito a Foucault? Esse texto é como um aceno a Foucault. “A velha múmia está enterrada sob várias ataduras. Leva-se tempo para desenrolar esse rei egípcio”: é o arquivo. “Por mais longe que os geólogos descessem às profundezas da terra, encontrariam apenas estrato sobre estrato”: encontra-se apenas formação histórica sobre formação histórica, apenas estrato sobre estrato, ataduras sobre ataduras, e essa situação do arquivo ou do arqueólogo – Melville diz “geólogo”, há

²⁰ Deleuze já havia tratado dessa parte da obra de Melville numa aula anterior. Cf. DELEUZE, G. *Michel Foucault: as formações históricas*, aula de 29 de outubro de 1985.

pouca diferença – o geólogo-arqueólogo vai de estrato em estrato. Até seu eixo, o mundo é apenas superfícies sobrepostas.

Simplesmente, agora, não vamos de estrato em estrato sem também sermos levados por dois movimentos. Esboço esses dois movimentos. Um movimento para afundar, mergulhar mais profundo do que todo estrato, atingir um centro da Terra. Lá, neste tipo de geleia que há no centro da Terra.

Bem, vocês sabem que no centro da Terra existe uma espécie de cola e seria preciso ir até lá, até esse não estratificado; o não estratificado do dentro. Aqui vamos nós... à força de desfazer as ataduras... o que isso quer dizer em relação a Foucault? Mergulhar, mas como mergulhar? Vocês se lembram que os estratos são divididos por uma fissura central, a grande fissura que divide, por um lado, a luz e, por outro, a linguagem. Os estratos são partidos. Tenho apenas que me afundar no entre-dois [*l'entre-deux*]. Entre a luz e a linguagem, nessa espécie de fissura, o poço. Quem pensaria em procurar um peixe no poço? Bem, estou procurando um peixe no poço. Mergulho na fissura entre as duas metades de estratos na esperança de encontrar o quê? A câmara central que as superfícies da pirâmide escondem. As superfícies da pirâmide são os estratos. Desço na direção do fundo do poço à procura da câmara central.

Foucault não cessa, desde o início e à sua maneira, de procurar a câmara central, mas, durante muito tempo, tateando penosamente. Nada foi fácil para Foucault, vocês sabem. Horríveis tentativas, indo de estrato em estrato. Não se tratava da teoria nem da história quando ele falava sobre o hospital geral no século XVII, mas dos estratos que ele atravessava. Ou da prisão nos séculos XVIII e XIX... Bem, ele procura a câmara central. Durante muito tempo, ele levanta a tampa, bate à porta da câmara central e o que encontra? O vazio. “A alma do homem é um vazio imenso e assustador”. Não há câmara central, há apenas a fissura que continua e cresce.

Muito mais tarde, Foucault mudará de opinião. Dirá a si mesmo que talvez exista algo na câmara central, tão melhor tão mais fácil, porquanto algo que se coloca nela. Que, na câmara central, há algo: sim, o que nós colocamos nela. Essa será a descoberta de seus últimos livros, havia algo na câmara central. Ou seja, ainda não temos os meios para compreendê-lo... Mas, ao mesmo tempo que esse movimento passa pelo vazio, deixa conhecer eventualmente que há, possivelmente, algo na câmara vazia, que houve outro movimento. Nesse caso, não é mais mergulhar para buscar um dentro não estratificado, mas sair dos estratos para descobrir um fora não estratificado. É a isso que Melville faz alusão, na qual também há dois aspectos. Afundar-se nos estratos, em seu interior, e sair para fora dos estratos. Quando Melville diz: “Certamente a tenca e o robalo dourado nadam no rio do mundo exterior”. Observem que no rio do mundo exterior, que é um oceano, não nadam somente a tenca e o robalo dourado, mas também nadam a terrível Moby Dick, a baleia branca e... Bom, sair dos estratos

para atingir a substância não estratificada. É o quê? Estamos mais seguros nós mesmos, temos mais certeza de nós mesmos aqui.

Como ainda não sabemos a história da câmara central, ainda não temos meios de saber o que ela seria para Foucault, poderemos fazer isso apenas progredindo, sendo somente capazes de ver as linhas enquanto progredimos, mas, agora, temos pelo menos uma ideia sobre o exterior dos estratos. Sim, o exterior dos estratos é o diagrama oceânico que não cessa de movimentar as relações de forças. Esse exterior dos estratos é o elemento não estratificado, é o elemento estratégico global. Estratégia global no sentido de que não são apenas os homens que têm uma estratégia, as coisas também têm uma estratégia. Não importa quais coisas: partículas, elétrons, tudo isso, todos os campos de força. O que define uma estratégia é um campo de forças, seja ele humano ou não. Então, eis os três movimentos de Foucault: ir de estrato em estrato por durações bem atribuídas, delimitadas; mergulhar eventualmente na fissura entre os estratos, à procura de uma câmara central, com tudo o que isso traz de desespero: nada há na sala central; sair dos estratos para atingir o elemento propriamente oceânico, não terrestre, o elemento não estratificado, estratégico.

É verdade que toda estratégia é oceânica. Vejam [Paul] Virilio. Então, é isso. Vocês compreendem? Pedia-se dois eixos: saber-poder. Eis que, e não é a primeira vez em nossa análise, temos um número a mais, temos três. Existe a história da câmara que deixamos de lado por enquanto, mas recaímos em nossos dois eixos, saber-poder; e diferença de natureza entre o poder e seu diagrama, por um lado, e o saber e seus arquivos, por outro. Não há arquivo do mar, há apenas arquivos portuários. O poder é do mar. Bem, lanço-me. O que é isso? É molecular. A água é molecular. Então, daí o meu apelo: é necessário que ela seja límpida. Se não estiver clara, começarei tudo de novo. Não me importa. Se estiver claro... bem, vou continuar um pouco, mas talvez tenhamos o suficiente. Sem problemas? Ainda me surpreende porque é muito difícil tudo isso. Ainda tenho uma suspeita... Bom. Admitamos. Vocês sempre vão me surpreender...

Passamos por listas de exemplos, o primeiro exemplo tomamos emprestado da entrevista de Foucault: induzir, suscitar etc. Seriam exemplos um pouco como esse, não situados. A segunda série de exemplos mais sérios foi definida em função do espaço-tempo: repartir no espaço, ordenar tempo, compor o espaço-tempo. Vejam que isso estava correto, elas são definições de categorias de poder, por quê? Porque não levei em conta as formas, nem no nível das matérias, não levei em conta as matérias formadas, nem as funções formalizadas. Considerei apenas forças e o espaço-tempo.

Eu disse: organizar, mas por que organizar? Serializar, mas por que serializar? Onde? Na escola ou na oficina? Eu não o disse, afinal isso fazia parte do diagrama. Além disso, quando tentei dar uma definição ainda mais geral, disse: impor uma tarefa qualquer a multiplicidade qualquer. Compreendem? A dificuldade é essa: é necessário mesmo assim que meu diagrama seja variado. Ora,

como conciliar a variedade e a abstração? Por que é uma física de ação abstrata, como ela pode ser variada?

A resposta é relativamente simples: a variação não pode vir de nenhuma forma, logo a variação só pode vir do espaço e do tempo. É a maneira como a ação abstrata será no espaço-tempo abstrato que poderá variar as figuras do diagrama. De modo que eu conceba que, em um diagrama, há sempre várias figuras, isto é, várias relações de forças, várias relações de poder.

É por isso que *A vontade de saber* opera um progresso importante, quanto a esse problema do detalhe, em relação a *Vigiar e punir*, pois esta obra, em minha opinião, estuda apenas um tipo de ação abstrata: impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer, em qual espaço-tempo? Em um espaço-tempo limitado, determinado, fechado, implicando que a multiplicidade seja pouco numerosa. Com tudo isso, permaneço no abstrato e posso completar: impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer, com a condição de que seja em um espaço-tempo fechado e para uma multiplicidade pouco numerosa. Essa seria minha categoria de poder.

Vocês se lembram, vimos no primeiro trimestre, que *A vontade de saber* introduz uma segunda ação abstrata: gerir a vida em uma multiplicidade numerosa num espaço aberto. Na verdade, é um outro tipo de ação abstrata. No entanto, *Vigiar e punir* não considera esse outro tipo de ação abstrata, é *A vontade de saber* que a acrescenta. Foucault nos dirá que há uma anatomia política, primeiro aspecto, mas há também uma biopolítica: gerir a vida em multiplicidades numerosas e espaços abertos. E as sociedades disciplinares se definem ou, pelo menos, o poder nas sociedades disciplinares – segundo Foucault, desde aproximadamente meados do século XVIII – se define por estes dois, chamá-los-ia de, traços diagramáticos; por esses dois traços diagramáticos: impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade pouco numerosa em um espaço-tempo fechado; gerir a vida em uma multiplicidade numerosa e um espaço aberto, controlar a vida biopolítica das populações. Em um caso, a multiplicidade é o número daqueles que são reunidos em um espaço fechado; no outro, é uma população que se distribui num espaço aberto ou num grande espaço, em todo caso. Aqui, eu diria: por isso, define-se o diagrama por cujo nome poderemos chamá-lo de diagrama disciplinar ou diagrama de poder das sociedades disciplinares.

De fato, são duas maneiras de ser no espaço-tempo muito diferentes uma da outra. Seria muito interessante descobrir quais são as diferenças entre os dois espaço-tempos, o espaço aberto das multiplicidades numerosas e o espaço fechado das multiplicidades pouco numerosas. Isso porque poderíamos dar sentido preciso às palavras que Foucault parecia empregar vagamente. “Tornar provável” – quando Foucault dá isso como um exemplo de relação de forças –, a biopolítica não deixa de torná-la provável, ela pretende tornar prováveis aumentos de natalidade, por exemplo; pretende vigiar, é uma gestão.

A biopolítica implica uma gestão de fenômenos probabilísticos, os nascimentos, as mortes, os casamentos etc. Tornar provável, por exemplo, um aumento de casamentos é dar-lhes incentivos. Hein? Pois nossos governantes, em sua sabedoria, vêm até aqui. Não, não em sua sabedoria... enfim... delicado isso. Bom. Em um caso se poderia... bem, pouco importa. Poderia se fazer um estudo comparativo dos dois espaços, o espaço de multiplicidades numerosas e o espaço de multiplicidades pouco numerosas. Na minha opinião, são dois espaços que diferem em natureza, dois espaços-tempos que diferem em natureza. Penso em uma distinção de Boulez que Foucault conhecia bem.²¹

Então, isso é um parêntese. Ele [Boulez] distingue para a música um espaço que ele chama de espaço estriado [*strié*] e um espaço que ele chama de espaço liso [*lisse*]. O espaço estriado, ele diz, é um espaço que é preciso contar para ocupá-lo; é um espaço que se define por grandeza e medida. Na música, o que ele é? É a pulsão, uma unidade de base, e é o tempo, um certo número de unidades. Vejam, a pulsão e o tempo definem um espaço estriado. O espaço estriado, sua ocupação é uma questão de velocidade ou de lentidão; ele é percorrido por velocidades e lentidões. Há sempre um índice de velocidade no espaço estriado e isso é muito importante para a música.

O espaço liso não é isso. É um espaço aberto que não tem unidade de medida, de tempo ou de ritmo. Boulez o chamará de espaço-tempo não pulsado.²² Não há índice de velocidade, nem de medida, mas há um índice de ocupação. Não que não haja números. Há um número ou números no espaço liso; isso é muito importante, mas, no espaço estriado, os números existem e estão subordinados a medidas. No espaço liso, pelo contrário, os números medem grandezas, comprimentos. No espaço liso, musicalmente – vemos isso na música moderna – temos muitos espaços lisos. Messiaen cria espaços lisos. É um espaço no qual se repartem os fenômenos de probabilidade. Vejam, é um índice de densidade ou raridade. Não é um índice de velocidade. Para Boulez, é um índice de ocupação, não de velocidade. O espaço liso é mais ou menos ocupado, mas, de qualquer maneira, é ocupado sem contar, ou seja, sem medida. O número, aqui, é o que mede a probabilidade de eventos surgirem no espaço-tempo, é um espaço de probabilidade.

É o espaço – volto a Foucault – da biopolítica. Eu diria ainda que o espaço aberto é um espaço de tipo liso. Um espaço que comporta graus de densidade e de raridade, densidade de população, densidade e raridade de casamento etc. É um espaço que se define por índices de densidade ou de raridade, muito diferente do outro: um espaço mensurável, definido por índices de velocidade. Diria ainda mais: em um caso, tem-se o espaço estriado das multiplicidades pouco numerosas com espaço-tempo bem determinado, estriado. No outro, tem-se espaço-tempo liso para multiplicidades numerosas que se repartem nele. Num caso, você distribui o espaço em elementos dados. No outro,

²¹ Cf. FOUCAULT, M. “Pierre Boulez, l’écran traversé” [1982]. In: *Dits et écrits* v. II, p. 1038 e “Michel Foucault/Pierre Boulez. La musique contemporaine et le public [1983]”. In: *ibid.*, p. 333.

²² Cf. BOULEZ, P. *Penser la musique aujourd’hui* [1963].

você distribui elementos em um espaço aberto. Haveria todo um jogo de natureza entre os dois tipos de espaço. Bem, mas isso seria dizer: são dois traços diagramáticos diferentes. Entretanto, uma pequena dificuldade nova, mas vamos parar por que... mas isso não é mais do que pequenas dificuldades de nada.

Muitas vezes, tem-se a impressão de que Foucault... por um lado, ele só usa a palavra diagrama uma vez. Mas enfim é assim, é isso; por outro, há a coisa em toda parte, parece-me, mas se tem a impressão de que esse estatuto das relações de poder ou das relações de força, tais como o diagrama as exprime, é reservado às nossas sociedades modernas, a saber, sociedades disciplinares. Portanto, a questão é saber se essa remissão a um diagrama de poder é especial para nossas sociedades modernas ou se ela convém a toda sociedade? Nossas sociedades de disciplina se formaram a partir de e contra as sociedades que, Comtesse recorda muito bem, Foucault chamou de soberania. Bem, das duas coisas, uma: ou, nas sociedades de soberania, deve-se dizer que não há diagrama porque o soberano o supre, ou então deve-se dizer que, nelas, há perfeitamente um diagrama diferente do disciplinar, há um diagrama de soberania.

Aqui é preciso escolher, uma vez que Foucault não nos dá uma resposta e não coloca esse problema. Nós não hesitamos muito e podemos dizer: evidentemente toda formação social remete a um diagrama de poder. Simplesmente, não é o mesmo e nada tem de surpreendente, porque uma das características fundamentais do diagrama é seu caráter fluente e flutuante. O diagrama é sempre instável. Por definição, as relações de forças são instáveis, nunca há equilíbrio de relações de forças. O que está em equilíbrio são os estratos; estes, sim, estão em equilíbrio. Nas relações de forças, a estratégia nunca está em equilíbrio. O diagrama é fundamentalmente instável, por isso é óbvio que ele não está reservado às nossas sociedades. Simplesmente, o diagrama não cessa de atravessar mutações. Ele é fundamentalmente mutante e Foucault o sugerirá, verdadeiramente, por extenso várias vezes, falando de um lugar de mutação; veremos isso mais tarde.

Indico até aqui que, de fato, o diagrama será completamente diferente. Qual será o diagrama das sociedades de soberania? Procuramos aqui, em contrapartida, para ir mais rápido, ponto por ponto. Como vimos, qual é o primeiro traço diagramático da disciplina? Construir uma força produtiva maior do que as forças componentes, isto é, combinar as forças, compô-las; isso é um diagrama de disciplina: dividir o trabalho para aumentar o desempenho, por exemplo. Bem, diagrama de soberania: não será mais isso.

Ação sobre a ação, qual é a ação sobre a ação em uma formação de soberania? É extrair. Uma força que extrai [*prélève*] de uma outra força é uma ação sobre a ação, não menos do que no caso da disciplina, mas isso é uma ação de soberania, uma economia de extração, um diagrama de extração e não mais de composição de forças. Uma força que extrai de outras forças é o diagrama da soberania.

Por exemplo, ela extrairá do produto na forma de impostos, da produção na forma das tarefas. Em toda parte, extração ao invés de composição. Esse seria o primeiro traço diagramático das sociedades de soberania, do diagrama de soberania. Outro traço: não se trata de gerir a vida, que seria o outro traço da disciplina, mas de decidir sobre a morte. Uma força que decide sobre a morte, ao invés de controlar a vida – isso também implica um espaço-tempo completamente diferente –, é também um traço diagramático das sociedades de soberania.

Segunda observação. Portanto, avanço em minha resposta: sim, as sociedades de soberania também se referem a um diagrama. O diagrama não é de forma alguma algo próprio das sociedades disciplinares. O diagrama é tão instável que, finalmente, está em perpétua mutação, em um estado de transformação perpétua. Por isso, ele nunca é, não pode ser reservado a uma formação. Praticamente, é necessário dizer: ele é sempre intermediário entre duas formações. O diagrama é sempre intermediário, instável e, portanto, intermediário entre duas formações sociais. Por conseguinte, ele não é estratificado; é sempre interestático; entre dois estratos. Foucault dá um exemplo explícito disso, em *Vigiar e punir*, p. 219, Napoleão.²³ Há um diagrama napoleônico que é tipicamente intermediário entre a antiga soberania e a disciplina nascente; um diagrama que é ao mesmo tempo soberania e disciplina. Além disso, foi Napoleão quem inventou o diagrama disciplinar.

Terceira pequena observação. Isso são exercícios de devaneio... Hoje, ainda estamos sob um diagrama disciplinar? Por exemplo, pode-se dizer que, de acordo com os defensores do pós-moderno, isso equivaleria a afirmar que a informática e as disciplinas afins mudaram; elas representam uma mutação do diagrama e nos fazem passar a um outro tipo de sociedade que não é mais disciplinar, embora ela seja não menos cruel, não menos dura, mas cujas relações de forças não passam mais pelo diagrama disciplinar.

Reflitam com cuidado... Isso me parece bem interessante. Bom, é necessário ver se os métodos atuais de controle ainda tomam emprestado o antigo modelo de disciplina ou se tomam emprestado novos modelos, e quais seriam eles? Além disso, última observação, igualmente insignificante. Arrisquemo-nos em outro sentido, se vocês lembrarem reagrupar isto aqui, a saber, há um diagrama correspondente às sociedades ditas primitivas. Novamente, esse problema que não é absolutamente abordado por Foucault, mas queria dizê-lo, pela última vez, se vocês considerarem o que se chama de sociedades primitivas; há um diagrama que é irreduzível a uma estrutura molar.

Existe um diagrama molecular que é o quê? Que é constituído pelas relações de forças nessas sociedades, e as relações de forças são a rede de alianças que não se deixa... na medida em que essa rede de alianças forma uma microfísica das sociedades primitivas, na medida em que não se deixa deduzir das linhas de filiação. As alianças entre duas linhas de filiação não se deixam deduzir dessas

²³ Cf. FOUCAULT, M. "O panoptismo". In: *Vigiar e punir*, p. 240.

mesmas linhas, mobilizando uma dimensão diferente, uma dimensão transversal por oposição... por distinção com as linhas verticais de filiação. E mais, posso dizer que uma rede de alianças nas sociedades primitivas realmente constitui a microestrutura, ou melhor, a estratégia dessas sociedades. Enquanto suas linhas de filiação constituem sua estrutura de parentesco. Mas você nunca deduzirá da estrutura de parentesco as redes de alianças. Ora, será um acaso se as relações de forças passarem pela rede de alianças?

Agora, então temos um conjunto... reúno... ah, sim, último ponto. Diagramas, em última análise é necessário dizer, creio, se não for um contrassenso para com o pensamento de Foucault, há quantos vocês quiserem. Tudo depende de onde vocês fazem passar os estratos. De qualquer forma, há diagramas desde que haja uma estratégia nova. Por exemplo, em entrevistas, especialmente no final de sua vida, Foucault insiste no que chama de importância do poder pastoral, dizendo-nos que é um poder muito curioso porque foi inventado.

Então, aqui também há uma relação de forças, mas inventada, uma nova relação de forças que aparece com a Igreja Católica. O poder pastoral. “Nós os pastores!”. O modelo seria platônico, dado que não seria a primeira vez que o cristianismo toma emprestado o grande texto de Platão sobre poder pastoral: “*O político*”.²⁴ Quando o político é confrontado com aquele que pastoreia ou apascenta as ovelhas, o rebanho. Pastorear um rebanho: ah... bem, aqui está um traço diagramático. Pastorear um rebanho qualquer, sejam vacas, ovelhas ou homens: esse é um belo diagrama. E eis o que nos dizem: homens, vocês são o rebanho, o rebanho do bom Deus, portanto, o pastor do rebanho exerce sobre vocês um poder natural, ou seja, o homem de Deus, ou o padre.

A questão de Nietzsche “qual novo poder o padre inventa?”, Foucault a responde: ele inventa o poder pastoral. Resposta que Nietzsche não previu, pois ele dá outra resposta. O padre inventaria essa coisa extraordinária: o poder pastoral. O que há de extraordinário no poder pastoral? Mas pensem sobre isso. Rebanho, rebanho... de acordo. Mas é um poder individualizante. O que é próprio do pastor? Isso ele não considera. O homem que conta é o dos espaços estriados. Foi necessário esperar o século XVIII para que o poder passasse pelo cálculo e pela medida. Não, o pastor, ele não conta. No entanto, o que ele faz? Apenas evita que sua apreciação quantitativa do rebanho lhe permita individualizar seus súditos. Se, no rebanho de ovelhas, a Biquette se perde, ele a verá à primeira vista;

²⁴ Na aula de 15 de fevereiro de 1978 de *Segurança, território, população*, Foucault afirma que a história do pastorado no Ocidente como modelo de governo dos homens é indissociável do cristianismo. Em sua leitura de Platão, ele afirma que o governante não é pastor. Por isso, Foucault atenta para a necessidade de uma história geral do pastorado, levando em conta o problema das relações entre o poder político e o poder pastoral no Ocidente. Cf. FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*, pp. 181-216. Na conferência “La philosophie analytique de la politique” (*Dits et écrits* v. II), Foucault afirma que “esse poder é um poder de origem religiosa, é aquele que pretende conduzir e dirigir os homens ao longo de toda a sua vida e em cada uma das circunstâncias dessa vida, um poder que consiste em assumir a responsabilidade pela existência dos homens em seu detalhe e em seu desenvolvimento desde seu nascimento até sua morte, e isso para lhes impor certa maneira de se comportar, para sua salvação. É o que se poderia chamar o poder pastoral”. (p. 548)

se a vaca Blanchette se perde do rebanho de vacas, ele a perceberá à primeira vista e dirá: a raposa a comeu.

Em outras palavras, o poder pastoral é um poder que se exerce sobre uma multiplicidade assimilada a um rebanho... vejam, é um traço diagramático muito, muito original. Ele não se reduz nem às multiplicidades poucas numerosas de que falei, nem às multiplicidades numerosas anteriores, é ainda outra coisa. Assimilado a um rebanho, no interior do qual o poder produz individualizações, ou seja, é um poder do detalhe. A saber, a Blanchette é bem penteada etc., um poder do detalhe, do cuidado, do cuidado cotidiano.

Notem que na mesma época o soberano não se importa com o cuidado diário de seus súditos! O que isso lhe importa? O que ele pede é um confisco. Ele pede apenas que seus súditos sejam saudáveis o suficiente para que haja algo a lhes subtrair. Mas o fato de que eles estejam bem penteados, com as unhas cortadas, nada disso interessa ao soberano. O pastor é o contrário. É necessário que, em sua apreciação individual de cada membro do rebanho, o chifre da vaca não chegue aos olhos, que ele seja lixado a tempo. Pois é uma imagem abominável, não? Mas o que você quer que a vaca faça? Ela tem apenas que esperar pela morte mais horrível. Se o pastor não chega... não lima o chifre. Ou quantas, quantas ovelhas morreram por não conseguirem se reerguer, já que essas bestas estúpidas não sabem se pôr de pé!

Então, se quiserem matar uma ovelha, cheguem a passos de lobo, literalmente “à maneira de um lobo”, por trás, façam-na sentir medo, ela vacila, essa cretina se encontra de costas e vocês sabem que ela é incapaz de se levantar. Então ela morre se o pastor não vier, ela permanece lá até morrer de fome se o pastor não vier pô-la de pé. As outras ovelhas não cuidam da primeira ovelha e não tentam colocá-la de pé. Do mesmo modo os cordeiros.

Bem, tudo isso resume o que é um pastor. “Eu cuidarei de você no rebanho até o último detalhe”. Que poder aterrorizante, esse do padre. Aterrorizante, sim. É um tipo muito novo de poder. O soberano não se propunha a isso, o padre sim. O poder pastoral da igreja. Portanto, será necessário que eu examine minha consciência em cada detalhe para reportá-la ao meu pastor e dizer-lhe: “veja, sou sua ovelha”, ele me dirá: “sim, sim, mas você é uma boa ovelha” ou “é má ovelha”. Eu direi: “não sou uma boa ovelha”, ele me dirá: “não importa, pois o acesso ao rebanho está aberto, mas você não continuará a ser uma ovelha má” etc. Um poder surpreendente, o poder pastoral.

Ora, a maravilha se dá quando Foucault mostrará que uma das grandes originalidades diagramáticas do poder pastoral é, assim, a individualização dos sujeitos, um poder que individualiza. Eis que será necessário esperar o poder disciplinar das sociedades laicas para que emprestem da igreja pastoral esse projeto diabólico: individualizar os cidadãos. Nesse momento, um dos aspectos do poder pastoral se tornará a coisa do poder do Estado e se proporá a individualizar seus cidadãos. Sob qual

forma? Sob a forma de disciplinas. As disciplinas devem incidir sobre o detalhe, os alunos sabem algo sobre isso.

Bem, então tudo isso para dizer – aqui concluo apenas até o ponto em que estamos –, sim, acredito que a pergunta deve ser respondida: toda formação social se refere a um diagrama ou a vários diagramas por uma simples razão: todos os diagramas são instáveis e fluentes, ao passo que as formações sociais estão em equilíbrio relativo, e não há sociedade que não se refira a uma microfísica do poder. Portanto, há em toda parte diagramas entre os estratos.